

Andréa Borges Leão

Universidade Federal do

Ceará – UFC

E-mail:

aborgesleao@gmail.com**Erich Soares de Oliveira**

Universidade Federal do

Ceará – UFC

E-mail: erichsoliv@gmail.com

Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

O grupo Clã, a edição e o modernismo no Ceará

*The Clã group, publishing and
modernism in Ceará*

*Le groupe Clã, l'édition et le
modernisme dans l'État du Ceará*

Borges Leão, A., & Soares de Oliveira, E. O O grupo Clã, a edição e
modernismo no Ceará . *Revista Eco-Pós*, 28(3), 55–89.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i3.28550>

RESUMO

Nosso propósito, neste artigo, é analisar os projetos e as estratégias da geração de intelectuais modernistas cearenses atuantes entre as décadas de 1930 a 1950. Reunidos na Editora Fortaleza, no periódico *Valor* (1938-1947) e no grupo e revista *Clã* (1946-1988), foram os mediadores necessários para a circulação de ideias estéticas e modelos institucionais. Buscamos compreender a lógica específica de modernização em um espaço periférico que, entre outras modalidades de engajamento intelectual, apostou no convívio entre novos e velhos escritores por meio do trabalho de institucionalização da produção cultural.

PALAVRAS-CHAVE: *Grupo Clã; Modernismo; Edição Cearense; Circulação Cultural.*

ABSTRACT

Our purpose in this article is to analyze the projects and strategies of the generation of modernist intellectuals from Ceará active between the 1930s and 1950s. Gathered at Editora Fortaleza, in the periodical *Valor* (1938–1947), and in the group and journal *Clã* (1946–1988), they served as the necessary mediators for the circulation of aesthetic ideas and institutional models. We seek to understand the specific logic of modernization in a peripheral space that, among other forms of intellectual engagement, invested in the coexistence of new and old writers through the work of institutionalizing cultural production.

KEYWORDS: *Grupo Clã; Modernism; Cearense Edition; Cultural Circulation.*

RESUMEN

Nuestro propósito, en este artículo, es analizar los proyectos y las estrategias de la generación de intelectuales modernistas cearenses que actuaron entre las décadas de 1930 y 1950. Reunidos en la Editora Fortaleza, en el periódico *Valor* (1938–1947) y en el grupo y revista *Clã* (1946–1988), fueron los mediadores necesarios para la circulación de ideas estéticas y modelos institucionales. Buscamos comprender la lógica específica de modernización en un espacio periférico que, entre otras modalidades de compromiso intelectual, apostó por la convivencia entre nuevos y antiguos escritores mediante el trabajo de institucionalización de la producción cultural.

PALABRAS CLAVE: *Grupo Clã; Modernismo; Edición Cearense; Circulación Cultural.*

Submetido em 09 de julho de 2025.

Aceito em 14 de outubro de 2025.

Introdução

Neste artigo, analisamos os projetos e as estratégias da geração de intelectuais cearenses atuantes entre as décadas de 1930 a 1950. Ao longo desse período, organizaram-se, em Fortaleza (CE), jovens intelectuais com amplas pretensões interventivas no campo da cultura local. Concentramos a atenção nas atividades desenvolvidas a partir de alguns marcos, dentre eles a atuação da Editora Fortaleza, a partir de sua aquisição por Antônio Martins Filho, em 1938, a circulação de seu periódico *Valor* (1938-1947) e o grupo e revista *Clã* (1946-1988). As duas iniciativas de periódico foram amadurecidas segundo uma perspectiva de continuidade dos empreendimentos daquela geração. Enquanto a revista *Valor* marcava a incursão dos novos no meio intelectual, permitindo sua exposição ao lado de figuras já consolidadas, a experiência de edição da revista *Clã* deu prosseguimento a esse processo geracional legando aos seus articuladores reconhecimento pelas instituições culturais (academias, agremiações, etc.), bem como postos angariados junto ao Estado (ensino superior, cargos oficiais e secretarias de governo). Os dois projetos consecutivos reverberaram a apropriação regional das ideias modernistas numa fase posterior à Semana de 1922, em São Paulo, e deram os contornos para a formação de um espaço relativamente autônomo da cultura.

A composição articulada de agremiações literárias, científicas e intelectuais é uma marca histórica da formação social cearense. No início do século XIX, produzia-se uma cultura escrita em pequenos grupos de letrados (Azevedo, 1976). As academias de ciências e letras foram importantes agitadoras intelectuais ao final daquele século, no período conhecido por *Belle Époque* fortalezense, em que a cidade passou por transformações graças a um inédito desenvolvimento econômico (Castro, 1987). Desde então, sediando as principais movimentações intelectuais do estado, Fortaleza constituiu-se centro das agremiações inscritas de forma singular na história cearense, acumulando práticas de circulação local e nacional entre pessoas e ideais. As experiências de sociabilidade, escrita e edição referenciaram o desenvolvimento cultural posterior.

A tradição de agremiações de letrados, segundo Marques (2018), permitiu um fundo social de experiência que, ainda em fins do século XIX, deu os contornos de um espaço literário fortalezense inserido no sistema literário nacional. Eram contínuas as trocas estabelecidas entre

escritores locais e as metrópoles nacionais. O mesmo observa Oliveira (2015) a respeito da culminância, na década de 1870, de modelos educacionais que proporcionaram aos jovens das elites o contato com os repertórios intelectuais dominantes. As agremiações foram constituídas, complementa Marques (2018), como estratégia da minoria letrada tomada por uma espécie de *surto* pelos objetos literários trazidos em navios aos portos de Fortaleza, então aquecidos. A Padaria Espiritual, que reunia jovens intelectuais, foi expressão modelo. Antônio Sales, seu principal representante, inaugurou uma linhagem historiográfica da literatura cearense. No século XX, os padrões de referenciamento na obra de Sales destacavam o Ceará dentre os estados com maior volume de produções literárias.

Desde o desmembramento da capitania de Pernambuco, em 1799, Fortaleza passou a ocupar a função de capital do estado. Até então, a cidade praiana de Aracati detinha protagonismo em razão do comércio de charqueadas. No século XIX o comércio de algodão, principal produto de exportação, firmou de vez Fortaleza na posição de principal centro urbano em desenvolvimento no estado. As rotas de navios levavam à Europa a matéria-prima têxtil e, de retorno, traziam diversos importados a serem comercializados em casas especializadas da região. A importação de produtos culturais, como livros e periódicos, conduzidos desde outros países ou das demais províncias abastecia os livreiros locais e dava vazão a uma demanda crescente de grupos praticantes das letras e ciências (Oliveira, 2015). O aumento do fluxo de navios circulantes na costa local, na segunda metade do século XIX, propiciou um adensado intercâmbio de estudantes, que se deslocavam para as mais abastadas províncias a fim de cursar educação superior e retornavam depois de formados à capital cearense. Na literatura, estabeleceu-se, entre fins do século XIX e no decorrer do século XX, uma tradição historiográfica que, em meio à seleção de cânones e definição de elementos típicos à criação de uma memória dos processos culturais de formação da identidade local, afirmava Fortaleza enquanto centro da produção cultural do estado¹. Foi assim que Antônio Sales estabeleceu a memória do período em trabalhos sobre a Padaria Espiritual (Marques, 2018), seguido por Dolor Barreira em seus

¹ As principais agremiações intelectuais do período foram a Academia Francesa (1872) — interessada nos estudos do positivismo —, a Academia Cearense de Letras (1884) — a mais antiga do país e ainda ativa —, o Instituto do Ceará (1887) — importante agremiação cultural e científica até os dias atuais — e o movimento Padaria Espiritual (1892).

volumes sobre história de literatura cearense (quatro tomos publicados entre 1948 e 1962) e por Sânzio de Azevedo, principalmente no livro *Literatura Cearense* (1976).

Tomando como referência esses indicadores da produção literária, a seguir analisamos o jogo simbólico que marcou a vida intelectual cearense ao aproximar-se meados do século XX. Buscamos compreender a lógica específica de um espaço periférico que se modernizava investindo no recrudescimento do ambiente de circulação do simbólico por meio do trabalho de institucionalização da produção cultural. Apresentamos as estratégias de legitimação e os desdobramentos das atuações dos intelectuais na reprodução dominante de seus círculos artísticos, editoriais e institucionais.

Observamos que tal lógica específica, entre outras modalidades de engajamento intelectual, inauguram formas de convívio entre gerações. Em função da incipiência do campo e de sua dinâmica de diferenciação, os modos de intervenção se configuraram em perspectivas de continuidade intergeracional entre velhos e novos. Noutras palavras, intelectuais já consagrados continuaram colhendo tributos, algo estratégico para o reconhecimento de jovens escritores. Portanto, as disputas simbólicas por poder e prestígio intelectual entre grupos relativamente independentes não poderiam ser o único direcionamento no curso da estruturação do espaço periférico analisado.

1 Os modernos e o modernismo no Ceará

As trajetórias sociais dos agentes atuantes no período indicam o forte trânsito entre as atividades artísticas, literárias, jornalísticas e acadêmicas, além de frequente vinculação ao poder do Estado. Essas trajetórias em trânsito proeminente convergem para o que Ortiz (2006) assinala como uma mobilidade entre áreas afins sinalizadora de certa plasticidade de atuação social característica das estratégias de circulação dentro de um campo de produção de bens simbólicos em vias de formação.

Para uma melhor compreensão das movimentações intelectuais cearenses que demarcaram tal apropriação regional das ideias modernistas, contextualizamos o primeiro

momento da recepção, para depois passar à segunda fase, protagonizada pelo conjunto de agentes que compuseram o grupo Clã.

De acordo com Azevedo (1976), a marca introdutória da primeira fase do movimento foi a publicação do livro *O Canto Novo da Raça* (1927), de Jáder Carvalho, Franklin Nascimento, Sidney Neto e Mozart Firmeza, uma coletânea dedicada a Ronald de Carvalho. De fato, destaca Marques (2015), desde o início da década de 1920 produziam-se em Fortaleza poemas que reverberavam a estética modernista referenciada pelo Sul, ao passo que a intensificação da circulação da nova estética no estado deu-se pelas publicações organizadas por Demócrito Rocha e Jáder Carvalho em um suplemento do jornal *O Povo* denominado *Maracajá* (1929), que contava com participação de Paulo Sarasate e Mário Sobreira de Andrade. Este último participou ainda, informa Moraes (2004), ao lado de Heitor Marçal e João Jacques, de outra iniciativa alguns meses após a extinção de *Maracajá*, chamada *Cipó de Fogo*, também de vida curta.

Nessas condições, a ambição dos letrados da província era manter uma correspondência aguçada com os nomes emergentes do movimento que vinha do Sul, Raul Bopp, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, dentre outros, alinhando-se sobretudo à vertente modernista mais nacionalista e conservadora (Marques, 2015). Logo veio a reação dos escritores estabelecidos “[...] a ponto do antimodernismo chegar ao estado do Ceará primeiro do que o próprio Modernismo”, comenta Marques (2015), e continua: “[...] embora o ambiente local estivesse a par das tendências poéticas do início do século XX, permanecia, incontestavelmente, conservador” (Marques, 2015, p. 119).

O acirramento da disputa intelectual que configurava o período fica evidente ao observar-se as reativas dos novos escritores, contestadores do academicismo beletrista das gerações anteriores. A publicação de 1922, *Os Novos do Ceará do Primeiro Centenário da Independência*, organizada por Aldo Prado, surgiu como resposta dos poetas excluídos de coletânea anterior, considerada oficiosa, intitulada *A Poesia Cearense no Centenário* (1922), de Sales Campos. *Os Novos do Ceará* [...] criticavam diretamente o que consideram práticas cheias de pretensa pompa e autoelogio dos escritores estabelecidos do período (Marques, 2015). Em meio a querelas, o movimento modernista expressava-se no Ceará dos anos 1920 por *rédeas curtas*, sobretudo, nesta fase inicial. Estando identificado às demais mudanças experimentadas pela

sociedade, a proposta estética tornava-se alvo comum das disputas de significados sobre os qualitativos positivos e negativos trazidos pela evidente modernização tecnológica da virada de século. A cidade de Fortaleza vivia sua *Belle Époque* (Ponte, 1999), legando às primeiras décadas do século XX sociabilidades alusivas a determinados modelos de aspiração, principalmente a europeia cidade de Paris e a capital federal, Rio de Janeiro.

Uma das principais figuras do meio literário cearense a posicionar-se diante da influência vinda do Sul pela movimentação dos modernistas foi Antônio Sales. O fundador da Padaria Espiritual mantinha contato com escritores e intelectuais de várias partes do país, chegando a fazer ponte entre os escritores sulistas e os cearenses. No entanto, destaca Marques (2015), arredio às novidades estéticas em geral e, naquele momento, àquelas propagadas pela Semana de Arte Moderna de 1922, tratou de lançar já em 1923, sob o pseudônimo Arthunio Vales, uma série de textos satirizando o movimento de renovação estética — chamado debochadamente de *futurismo* —, atribuindo-lhe inabilidade e falta de senso em razão da liberdade e da quebra de padrões poéticos que operavam — poesia fácil, feita às pressas, acessível. O consagrado escritor abriu o espaço da polêmica para que os antimodernistas demarcassem suas opiniões na imprensa local.

A posição prestigiosa ocupada por Antônio Sales no meio intelectual regional e nacional conferia-lhe capital simbólico o bastante, nos termos elaborados por Bourdieu (1989) e discutidos por Sapiro (2012), para exercer um arbítrio literário poderoso na província. Desse modo, “[...] acumulava prestígio entre os mais velhos e inspirava os mais jovens, sem deixar de cultivar polêmicas e desafetos, como ocorre a toda grande personalidade” (Marques, 2018, p. 28-29). Porquanto, a apropriação estética das demais vertentes da Semana de Arte Moderna de 1922 só viera a estabelecer-se a partir da década de 1940 com o grupo Clã. Após um interstício de certo convívio que pairou ao passar dos anos — e das gerações —, ao longo do qual “[...] continuaram uns versejando à nova maneira, mas outros vindos de correntes anteriores, voltavam aos seus alexandrinos” (Azevedo, 1976, p. 427), o fato é que:

Apenas com o Grupo Clã, na década de 1940, retomaria parte da agenda de 1922, como a pesquisa mais séria sobre a cultura popular, a reflexão sobre a linguagem poética, o debate efetivo com as artes plásticas, o aproveitamento da linguagem

cotidiana, o exercício crítico, com a inspiração e as bênçãos, desta vez, de Mário de Andrade (Marques, 2015, p. 145).

Também nos anos 1940, no campo das artes plásticas, iniciava-se a fase renovadora da pintura cearense, destaca Rodrigues (2006), “[...] quando novos nomes despontam tanto na forma de ‘ousadias estilísticas’ (inspiradas pela Semana de Arte Moderna de 1922), quanto na manifestação de uma capacidade associativa que reunirá pintores sob ateliês coletivos” (Rodrigues, 2006, p. 21). Não por acaso, a geração intelectual dessa fase constituinte do campo artístico local é frequentemente lembrada por sua atuação coletiva fundadora de instituições culturais, seja em suas expressões nas letras ou na pintura, indissociavelmente ativadas pelas assinaturas “Clã” ou “SCAP”, a Sociedade Cearense de Artes Plásticas. De acordo com Moraes (2017):

A união entre os dois grupos revela-se, aos nossos olhos, na frequência de ilustrações que perpassam as páginas da revista Clã, além de nas inúmeras entrevistas, artigos e textos publicados pelos artistas da SCAP, no mesmo veículo de comunicação, e inclusive nos poemas do famoso abstracionista Antônio Bandeira. Interagiam frequentemente também em reuniões do Instituto do Ceará (ocasião em que o poeta Aluísio Medeiros escreveu divertidas atas-crônicas) ou mesmo em reuniões informais, de puro lazer, como a que aconteceu no sítio dos artistas plásticos Estrigas e Nice, documentada em artigo pelo próprio Estrigas (Moraes, 2017, p. 11).

Seguindo a longa tradição de agremiações intelectuais dedicadas à apreciação e profusão das letras e das artes, a mais importante associação de artes plásticas local descende de uma série de experiências de mostras e grupos de fomento à organização do setor dentro do espaço social cearense. O surgimento da SCAP, em 1944, remonta a própria constituição, em Fortaleza, das condições de possibilidades da criação artística no campo da pintura, que no início do século XX em muito se apoiava na novidade eminentemente imagética da fotográfica, com seus estúdios e exposições (Rodrigues, 2006). A mobilização de artistas locais, com realização de salões de exposição e a criação de associações que promoviam a complexificação das relações entre obras e artistas na capital cearense, expressa a busca por autonomia e profissionalização nas primeiras décadas do século. Portanto, assim como as demais agremiações surgidas na década de 1940, esta nasce embalada por uma série de experiências anteriores, como a do Centro

Cultural de Belas Artes (CCBA), o que a municiou de determinadas perspectivas de planejamento interventivo sobre o mundo social. Por exemplo, o empenho na organização de exposições com vistas à publicização de artistas já ativos, mas também a criação de uma escola de formação (Silva, 2015). Bem como as revistas *Valor* e *Clã*, suas exposições — como os Salões de Abril —, objetivavam pôr em contato as obras e artistas locais aos de outras províncias e centros metropolitanos.

Ainda à época das reuniões que resultaram na promoção do primeiro congresso de literatos nos anos 1940, formulou-se conjuntamente a seção cearense da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), posta em atividade a partir de 1943, no mesmo ano de fundação das Edições Clã. As primeiras atividades da nova iniciativa editorial foram a publicação dos livros *Três Discursos*, de Eduardo Campos, Mário Sobreira de Andrade e Antônio Girão Barroso, *Águas Mortas*, de Eduardo Campos e *Escola rural*, de Mario Sobreira de Andrade. A ABDE, cujo presidente era o escritor Fran Martins, surgira sob o intuito de cuidar da representação das edições de autores cearenses em outros estados do país, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. A tônica de sua atuação naquele momento, lembra Aderaldo (1981), deu-se da seguinte forma:

[...] em uma de suas sessões a ABDE resolveu fundar uma editora-distribuidora de nossos livros, pois o principal problema dos intelectuais de província não é propriamente a publicação de suas obras, mas a sua distribuição, ficando todos ilhados e sentindo necessidade de publicar seus trabalhos no eixo Rio-São Paulo, sem o que continuarão desconhecidos (Aderaldo, 1981, p. 9).

Em 1946, a ABDE/Seção Ceará realizou o I Congresso Cearense de Escritores. Fran Martins presidiu a comissão organizadora do evento e a escritora Henriqueta Galeno participou como vice-presidente, o que marca a presença feminina no universo intelectual cearense. O secretariado foi composto por Braga Montenegro (secretário-geral), Antônio Girão Barroso e Eduardo Campos e na tesouraria estava outra figura da família do escritor, jornalista e folclorista Juvenal Galeno (1838 – 1931), Candida Maria Santiago Galeno. Mais tarde, a mesa dirigente do congresso foi instituída, assumindo sua presidência Antônio Martins Filho, com Hugo Catunda e Henriqueta Galeno na vice-presidência e como secretários João Clímaco Bezerra, Aluízio

Medeiros e Eduardo Campos. Em pleno funcionamento, o congresso contou com ampla participação dos mais ativos escritores a estabelecerem-se naquele momento, assim como de figuras da elite local, seja ela militar (gen. Onofre Muniz Gomes de Lima), estatal (Moacir Teixeira, representante do interventor Federal Pedro Firmeza; desemb. Faustino de Albuquerque, presidente do Tribunal Regional Eleitoral; e Abner de Vasconcelos, do Tribunal de Apelação) ou clerical (mons. Otavio de Castro, representante do arcebispo metropolitano D. Antonio de Almeida Lustoza). O evento contou com receitas do governo do estado e da prefeitura de Fortaleza. O escritor Filgueiras Lima, então secretário de Educação e Saúde do Estado, fez o encerramento.

Um dos efeitos imediatos do congresso de escritores foi a publicação, no final do mesmo ano, do nº 0 da revista *Clã* (dez/1946). Esse número apresentou um texto de resumo do congresso, apresentando suas pautas, comissões e desdobramentos. De acordo com o editorial, o congresso formalizou a preocupação dos intelectuais com o apoio do poder estatal às suas atividades:

[...] entre as teses, indicações e proposta debatidas, a maior parte se referia às questões atinentes ao direito autoral, ao estímulo do escritor da Província, à liberdade de criação e, finalmente, ao amparo mais consequente ao homem de letras de nossa terra, que não raro deixa de realizar-se como tal porque lhe falta a necessária ajuda por parte dos poderes públicos (Revista *Clã*, 1946, nº 0, p. 23).

Mais informativa a respeito do congresso foi a edição de nº 28 (dez/1946) da revista *Valor*, que em sua coluna *A Crônica de Valor* versou sobre a realização do I Congresso Cearense de Escritores chamando atenção à adesão de várias sociedades intelectuais, ao apoio, inclusive financeiro, dos novos interventor e prefeito pós-regime varguista Pedro Firmeza e Romeu Martins e às discussões das teses resultantes nos Anais publicados posteriormente. Há passagens que dão tom de disputa, fazendo entender que desconfianças de *adversários* foram suplantadas pelo êxito da empreitada, numa avaliação sobre o sucesso da atividade que parece ter sido menos polêmica do que fora aquela sobre o I Congresso de Poesia do Ceará, de 1942, o qual alguns participantes classificaram como fracassado (Linhares, 2018).

Após a queda do regime estadonovista de Getúlio Vargas, findada também a Segunda Grande Guerra, o editorial do nº 28 (dez/1946) de *Valor* reflete:

Do êxito resultante deste I Congresso Cearense de Escritores, uma conclusão logicamente se tirará: — a de que a nossa intelectualidade tem uma alta compreensão do papel que lhe está reservado, nos dias confusos em que ora vivemos. Na verdade, a geração presente não se compraz em apenas proclamar o sentido revolucionário da Padaria Espiritual ou em repetir que possuímos, no nosso patrimônio cultural, nomes os mais expressivos nas ciências, nas letras e nas artes. Além disso, deseja também demonstrar, de modo inequívoco, que tem a verdadeira noção dos seus deveres e quer fazer jus aos seus direitos correlativos (Revista *Valor*, 1946, p. 132).

Além de construir a autoimagem da revista vinculada a um movimento intelectual marcante e de amplo reconhecimento nacional das letras cearenses do século XIX, a Padaria Espiritual, a tônica do editorial era de divulgação do movimento que se adensava após a realização do congresso de 1946. Movimento no seio do qual, por conseguinte, constituía-se uma nova geração de *homens de pensamento*.

Cientes do lugar que ocupavam por herdarem a posição de destaque cearense, além dos vínculos e filiações reivindicados, os que compunham a nova geração afirmavam-se qualificados e determinados a dar livre curso ao novo momento intelectual na província. Ao mesmo tempo em que reconheciam a carga simbólica da herança geracional legada pela historiografia literária cearense, os novos procuravam apontar alguma ultrapassagem como indicativo de autonomia. Inauguravam um fator de diferenciação e intervenção intelectual de inspiração modernista baseado mais no convívio intergeracional que movimentava os preceitos de renovação do que na defesa de rupturas radicalizadas.

Sendo assim, a interlocução direta com a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que no ano anterior (1945) realizara o I Congresso Brasileiro de Escritores, possibilitou a versão cearense de 1946 a operar como uma prévia para a segunda edição nacional prevista para 1947, ficando a cargo, como já mencionado, da ABDE/Seção Ceará.

A ABDE/Seção Ceará revela o interesse dos letrados cearenses em construir um engajamento a partir das demandas que já vinham sendo nacionalmente discutidas. Nos

primeiros anos de funcionamento, tornou-se uma referência local, constantemente figurando entre as principais iniciativas intelectuais em Fortaleza.

2 Editora Fortaleza e revista *Valor*, circulação desde a província

A conformação da geração de intelectuais que levou a cabo uma série de transformações nas relações de produção simbólica no Ceará não lograria êxito sem pautar a criação de mecanismos de circulação de seus livros e revistas. Essa foi uma estratégia de autoria e edição a fim de os colocar em condições de disputar as melhores posições sociais para a reprodução de seus interesses. À medida em que se lançavam no meio editorial junto aos pares, ora predecessores ora contemporâneos, os agentes da produção cultural dos anos 1930 em diante traçavam estratégias de reconhecimento nacional da produção e do projeto intelectual cearenses.

A revista *Valor* foi publicada por uma década. Inicialmente pela Editora Fortaleza (1938-1945) e, em seguida, pela Editora Instituto do Ceará (1946-1947). Nos dois primeiros anos manteve lançamentos mensais, apresentando, nos anos seguintes, periodicidade irregular. A tiragem variava entre 1.500 e 2.000 exemplares, totalizando 29 números. *Valor* foi um projeto liderado por Antônio Martins Filho, proprietário da editora responsável por sua publicação na primeira fase e estruturador da tipografia que assumiu o periódico em seus dois últimos anos. O multifacetado editor, desde cedo ligado às atividades comerciais e educacionais no Maranhão² e, mais tarde, no Ceará, iniciou sua empreitada editorial ao fixar residência em Fortaleza nos anos 1930, quando veio a adquirir a Editora Fortaleza, em 1938.

Antes de passarmos ao exame da publicação periódica, analisaremos algumas características da editora onde foi produzida. A Editora Fortaleza apresentava com amplitude três dos principais aspectos relacionados ao mercado de livros em um contexto social de pouca especialização no setor. Expressando as disposições concomitantes classificadas por Bragança

² Chegando a Caxias do Maranhão, em 1925, para assumir a gerência de loja do grupo varejista para o qual trabalhava, Martins Filho manteve em paralelo projetos intelectuais, desde o custeio da publicação do primeiro livro de seu irmão, o escritor Martins D'Alvarez, até a formação bacharelesca em Direito — que o encaminhou ao serviço público através da função de juiz suplente — e uma incursão no empreendimento educacional, fundando a primeira instituição de segundo grau local, o Ginásio Caxiense. Mais da trajetória social de Antônio Martins Filho pode ser consultada em Oliveira (2019).

(2002) entre as funções de impressor-editor e livreiro-editor, Antônio Martins Filho geria a Editora Fortaleza atribuindo-a, além da função editorial propriamente dita, também a de tipografia e livraria, tipologias fundamentadas na posse/domínio do material e da técnica de produção e no desenvolvimento das relações comerciais a partir do produto literário. Segundo Leão (2005): “Os anúncios da editora-impressora-livraria Fortaleza deixavam bem claro a que se propunham: venda de novidades literárias de todas as editoras do país, serviços gráficos em geral, confecção de livros, revistas, memoriais, trabalhos escolares e impressos comerciais” (Leão, 2005, p. 250).

Desse modo, a Editora Fortaleza se propunha a representar comercialmente editoras nacionais, a produzir livros didáticos ou artísticos de autores cearenses, além de publicar a revista *Valor*. Localizando este capítulo da história editorial cearense na trajetória social de Antônio Martins Filho, torna-se evidente que a incursão realizada por ele na produção e distribuição de impressos indica o primeiro momento de acúmulo de capital simbólico no espaço intelectual que se configurava à época, conforme narra o escritor:

[...] surgiu-me uma oportunidade excepcional, isto é, adquirir, por compra, a Editora Fortaleza, de propriedade de Joaquim Silveira Marinho. Daí em diante a minha vida tomou um novo ritmo, notadamente depois que consegui relacionar-me com o Doutor Raimundo Girão, com quem executei importante projeto, não só em nosso benefício, mas do próprio Estado do Ceará. (Fundação Demócrito Rocha, 1991, p. 74-75).

A possibilidade de, por meio do trabalho editorial, aproximar-se dos *homens de letras* encaminhou cada vez mais a trajetória de Antônio Martins Filho em direção ao universo da cultura, especialmente da literatura e da educação. De fato, essa empreitada no mercado de impressos fomentou importante ponte entre a produção literária cearense e a que era produzida por outras gerações intelectuais pelo país:

[...] como intelectual, foi a Editora Fortaleza o principal veículo do meu rápido relacionamento e dos espaços que fui gradativamente conquistando no Ceará e em alguns pontos do Brasil. A minha revista *Valor* teve ampla circulação no País e divulgou trabalhos de intelectuais e cientistas afamados nacionalmente. Mantive correspondência com escritores eminentes, tais como os cearenses Clóvis Beviláqua, Gustavo Barroso, Antônio Sales, Joaquim Pimenta e, ainda,

escritores como Mário de Andrade e Menotti del Picchia, ambos integrantes da Semana de Arte Moderna, de São Paulo. (Fundação Demócrito Rocha, 1991, p. 83-84).

No início de suas atividades na Editora Fortaleza, Antônio Martins Filho publicou autores locais. Em acordo proposto pelo livreiro José Edésio de Albuquerque foram lançados, em 1938, *Alguns Poemas*, de Antônio Girão Barroso, e de Manoel Albano Amora, *Manhã de Amor*. No mesmo ano, foi publicado, sob patrocínio de José Edésio, os livros de Eusébio de Souza, “*Sampaio — O patrono da infantaria*”, e de Leonardo Mota, *A Padaria Espiritual*. Nos anos seguintes, 1940 e 1942, fruto da aproximação com o corpo de letrados da cidade propiciada ao iniciar período docente no Curso Pré-Jurídico do Liceu do Ceará, publicou um livro do Padre José Quinderé, *Ano Litúrgico*, e outro de Martinz de Aguiar, *Notas e Estudos de Português*. É pertinente ressaltar que ao adentrar ao mercado editorial com a Editora Fortaleza, Antônio Martins Filho contou com o apoio da figura de um livreiro bem estabelecido na cidade, cuja propriedade situava-se na Praça do Ferreira, principal ponto comercial da capital. Concomitantemente, beneficiara-se da mobilização do capital de relações sociais oriundas de sua inserção na docência numa grande instituição educacional, o Liceu do Ceará.

Autodefinindo-se vocacionado à empresa mercantil pela experiência anterior de trabalho, período em que morava no Maranhão e atuava no comércio de importações, o editor galgou posições de prestígio no mercado de bens culturais em formação no Ceará, por onde estreitou relações com intelectuais e com a elite política de Fortaleza. Dos livros de sua autoria, publicados pela Editora Fortaleza, destaca-se *O Ceará*, de 1939, escrito com Raimundo Girão, de quem se aproximara em razão da editora e cuja parceria estendeu-se pelas décadas seguintes. A relação mantida com o historiador foi o principal recurso da integração de Antônio Martins Filho junto aos escritores de Fortaleza.

Passando ao exame da experiência editorial do periódico *Valor*, da maior importância para a circulação das ideias no Ceará, evidencia-se que o periódico objetivava os anseios e estratégias intelectuais de Antônio Martins Filho. Nessa medida, se propunha um veículo divulgador das artes, dos conhecimentos e dos valores, angariando um círculo de colaboradores que movimentava a produção cultural da cidade. Posicionando o novo editor no espaço de produção cultural do período, a revista o colocou em contato direto com os grupos de

intelectuais cearenses, acenando também para o espaço nacional de produção literária. A estratégia rentabilizava capital simbólico que seria imprescindível para a posição dominante que alcançaria Antônio Martins Filho junto ao campo cultural local e, posteriormente, nacional³.

Na revista colaboraram os escritores mais importantes da literatura cearense e muitos vultos de alta projeção nas letras nacionais. Nas palavras do editor:

Lembro-me de que o número 4 de Valor, correspondente a fevereiro de 1939, publicou uma página de Clóvis Beviláqua — ‘A Propósito do Neo-Thomismo’, que esgotou a edição em poucos dias, em virtude dos pedidos que recebemos, inclusive do exterior. Com a publicação desta revista, fiquei com uma posição bem sólida, entre os intelectuais do Ceará. Djacir Menezes, por exemplo, estruturou praticamente a Faculdade de Ciências Econômicas, dentro da Editora Fortaleza, como se vê do documentário divulgado em Valor. Inclusive o programa das várias disciplinas (Fundação Demócrito Rocha, 1991, p. 78).

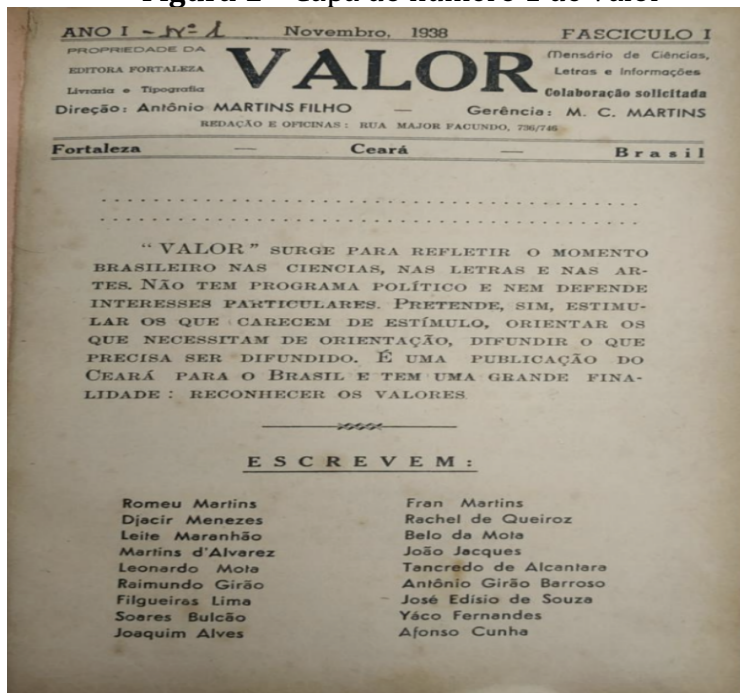
O jurista e escritor Clóvis Beviláqua publicou três outros textos em *Valor*, entre 1939 e 1942. Assim também, outras figuras já ocupantes de destacadas posições no quadro intelectual e artístico nacional publicaram na revista: Josué Montelo, José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz e Antônio Sales, dentre outros. Intelectuais cearenses de renome nacional também contribuíam enviando textos, além de integrantes da geração anterior, como Demócrito Rocha e Filgueiras Lima, atestando a crescente importância do periódico. Entretanto, dominavam as páginas da revista jovens escritores que adentravam ao meio cultural local expondo suas obras via publicação de capítulos de livros, contos, crônicas, poesias e textos opinativos. Essa estratégia de vinculação foi marcante no período, quando a aposta na ampliação dos meios de circulação desses letrados concorria para a demonstração de relevância da atividade intelectual local e sua referência em figuras já consolidadas imprimia continuidade geracional e desenvolvimento no campo do simbólico. Se a primeira geração modernista enfrentara severa resistência dos *passadistas* no início dos anos 1920 a fim de defender seus preceitos de renovação formal e estética, a segunda geração, advinda após várias experiências sedimentadores do movimento,

³ Antônio Martins Filho consagrou-se pela alcunha de *reitor dos reitores* a partir de sua liderança pela instalação da Universidade do Ceará, da qual foi reitor entre os anos de 1955 e 1966. Esse empreendimento o projetou a passar treze anos (1967-1979) compondo o Conselho Federal de Educação, posição que lhe deu condições para colaborar ativamente para a instalação de mais duas universidades públicas, dessa vez estaduais, no Ceará, a Universidade Estadual do Ceará (1977) e a Universidade Regional do Cariri (1984). Interveio também junto à Universidade de Fortaleza (1979) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (1984).

pôde preocupar-se com outra ordem de desafios aos *homens de letras*, atuando fortemente na busca por profissionalização, reconhecimento de direitos do autor e institucionalização da atividade intelectual.

Voltando ao periódico da Editora Fortaleza, *Valor* trazia na capa de cada fascículo informações básicas da edição, número, ano e mês correspondente; abaixo do título, apontava o nome de seu diretor e o endereço comercial, que mudou a partir de 1946, quando passou à incumbência do Instituto do Ceará. Em todos os números expunha também a indicação da gerente Maria de Carvalho Martins, esposa de Antônio Martins Filho. Não fica clara a função de gerência no periódico, se fazia parte da redação, se envolvia-se com o conteúdo propriamente dito ou apenas assuntos comerciais. Maria de Carvalho Martins assinou somente um artigo na *Valor* (nº 2, dez/1938), uma crônica homenageando um conterrâneo do Maranhão, recentemente falecido. Margeando o título, trazia a designação *Mensário de Ciências, Letras e Informações*. A capa publicava um texto de apresentação do projeto, seguido do índice de autores de cada número (sempre no formato listado e sem informar o título ou conteúdo publicados). A *colaboração solicitada* era outra informação sobre a participação de escritores. Além dessas marcações, aparecia, a partir de seu nº 16 (dez/1940), a informação *Matriculada de acordo com a Lei de Imprensa/Registrada no D.I.P.*”, em referência ao órgão de controle de imprensa criado no ano anterior por Getúlio Vargas. Cabe observar que, dentre suas funções, o Departamento de Imprensa e Propaganda acumulava as de coordenar a propaganda nacional em todos os níveis e censurar a literatura social e política veiculada na imprensa, o que indica a partir dali estar a *Valor* legitimada junto ao governo, que examinava e autorizava previamente a circulação de periódicos, principalmente nessa fase estadonovista, encerrada em 1945.

Figura 1 – Capa do número 1 de Valor

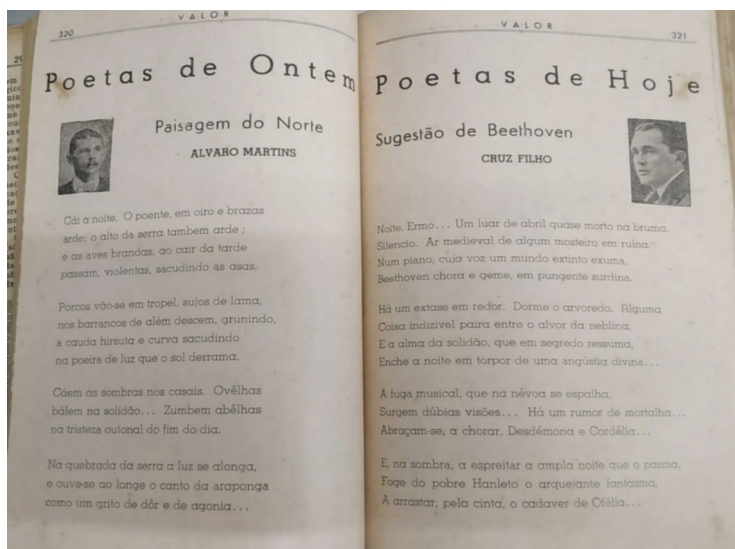


Fonte: Acervo BMAUC - digitalização pelos autores (2019)⁴.

A revista continha seções literárias por meio das quais divulgavam-se lançamentos do setor livreiro e publicavam-se cronistas e poetas, além de deter espaço especialmente voltado para teatro, cinema e rádio. Expressava informações científicas, literatura, poesias, textos biográficos, históricos e noticiários. Publicava também textos de autores colaboradores por convite, espaço onde eram expostos intelectuais renomados e novos escritores que intentavam adentrar ao meio. Sousa (1968) destaca que os jovens eram especialmente acolhidos para a veiculação de suas produções, corroborando a interpretação de Leão (2005) sobre a estratégia de vinculação de prestígios e reconhecimento praticada pela publicação, elementos fundamentais a um espaço social em construção. *Valor* buscava fortalecer a *intelligentsia* local mirando um melhor posicionamento diante do quadro intelectual nacional da época. Nesse sentido, a seção *Poetas de ontem, poetas de hoje* é ilustrativa, colocando lado a lado consagrados e novíços.

Figura 2 – Primeira seção *Poetas de ontem, poetas de hoje*

⁴ Revista *Valor*, ano 1, número 1, novembro de 1938.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelos autores (2019).⁵

O propósito editorial da revista de atuar como difusora da produção intelectual cearense e brasileira é exposto desde o preâmbulo, notabilizando algumas das principais representações simbólicas mobilizadas pela publicação:

VALOR surgiu para refletir o momento brasileiro nacional nas ciências, nas letras e nas artes. Não tem programa político, nem defende interesses particulares. Pretende sim estimular os que carecem de estímulo. Orientar os que necessitam de orientação. Difundir o que precisa ser difundido. É uma publicação do Ceará para o Brasil e tem uma grande finalidade: reconhecer os valores” (Revista *Valor*, nº 1, 1938, p. 1.).

Explicitamente, havia a intenção de se colocar no meio letrado nacional, prática confirmada ao observar-se a busca de interlocução com a produção dos grandes centros do período, divulgando novidades do mercado livreiro, resenhando autores de circulação nacional e promovendo debates literários e científicos por meio de suas páginas.

No ano de 1946, Antônio Martins Filho monta uma tipografia no Instituto do Ceará, entidade da qual já era membro efetivo desde 1943. Nesse ano também preside o I Congresso Cearense de Escritores. Vende a Editora Fortaleza ao irmão Fran Martins, que logo passa à frente. Descontinua também a revista *Valor*, que vinha com publicações esparsas e já o desanimava: “[...]”

⁵ Revista *Valor*, ano 4, número 20, outubro de 1941.

as minhas preocupações como intelectual poderiam ser atendidas com outros instrumentos, já ao meu alcance” (Martins Filho, 1993, p. 287). Findava ali aquele projeto que foi sua primeira estratégia de inserção no espaço intelectual de Fortaleza.

Em 1951, Antônio Martins Filho entra para a Academia Cearense de Letras, empossado, dentre outros, junto ao irmão Fran Martins e a Raimundo Girão. Preside a agremiação entre 1963 e 1964. A partir de 1947, tem início o movimento, pautado no debate acadêmico que ocorria há algum tempo, para a criação de uma Universidade do Ceará. No ano seguinte, Antônio Martins Filho encontra-se com o então governador Faustino Albuquerque, por quem foi indicado para representar o movimento pró-universidade junto ao Ministérios da Educação e Saúde. A ideia inicial era de uma universidade estadual, evoluindo para a perspectiva de instituição federal. O processo tramitou no congresso por alguns anos sob pressão da bancada cearense, quando prestes a ser sancionada a lei de criação da mesma, o então presidente Getúlio Vargas suicidou-se. Coube a Café Filho assumir a continuidade do governo, onde logo sancionou a lei de criação da universidade cearense. Em 1954, passa a existir legalmente a Universidade do Ceará, instalada no ano seguinte, em 1955.

Ao comparar-se o caso cearense com movimentos de editoração de periódicos realizados no período, a exemplo da revista *Clima* (1941-1944) em São Paulo, vê-se que ao final da primeira metade do século XX a viabilização de uma plataforma de expressão da intelectualidade em atividade funcionava como catapulta para carreiras relacionadas à atividade da escrita em diferentes vertentes. No caso dos agentes realizadores de *Clima*, o convite à escrita em outros meios de divulgação impressos afluía junto a um reconhecimento conquistado através do periódico próprio, o que abria um leque à prospecção de mais ambiciosos projetos culturais, afirma Pontes (1998). Nesse sentido, ao passo em que a elaboração conjunta de uma linha editorial se aprofundava na experiência da revista, conformava-se uma dicção autoral entre seus participantes. Conformidade esta que se exprimia tanto em termos de posicionamentos estéticos quanto políticos, quando do estabelecimento de pautas eleitas pelos intelectuais como interessantes à sua própria caracterização enquanto classe e objetivação de intervenções junto à sociedade.

O aparecimento do periódico animado pelo grupo de jovens intelectuais paulistas ocorreu em simbiose às suas trajetórias estudantis ligadas às primeiras turmas de humanidades da Universidade de São Paulo (USP). Diferenciavam-se, assim, promovendo uma leitura das artes a partir de uma *mentalidade universitária* que, segundo Pontes (1998), recorria a uma crítica analítica das obras, tentando enxergá-las dentro de seu tempo, isto é, da sociedade mais ampla, ao invés de reproduzir as costumeiras críticas comentaristas que se publicavam até ali em todas as áreas artísticas excetuando-se a literária, que se assentava mais firmemente desde outrora na tradição do pensamento social brasileiro. Baseados nesse entendimento, a especialização do trabalho intelectual por meio daquele grupo no início dos anos 1940 fecundava principalmente nas carreiras de Antonio Candido na literatura e Paulo Emílio Sales Gomes no cinema, enquanto Delcio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado dedicavam-se ao teatro e às artes plásticas, respectivamente e de forma mais detida, mas permitiam-se escrever sobre outras áreas de interesse. Havia também exemplos mais poligráficos, como o de Ruy Coelho, que transitava entre praticamente todas as linguagens objetos de crítica no periódico.

À guisa de comparação, a geração cearense que procurava estabelecer-se por meio de seus empreendimentos culturais — também privilegiando discursivamente seu surgimento enquanto novidade na produção intelectual — percorreu outro caminho, em paralelo à formação social que se apresentava no Ceará. Em Fortaleza, a *geração moça* indispunha de uma cultura universitária, embrionária que fosse, a balizar ferramentas de análise crítica de arte, ainda que não fosse majoritariamente esse o interesse dos periódicos ora examinados. Ao contrário, a criação de uma universidade se dá posteriormente à alçada de voo de alguns agentes que décadas antes iniciavam suas carreiras letradas recuperando uma experiência social de tradição ligada à composição de grupos de interesse intelectual e artístico. As pautas político-artísticas que os mobilizavam relacionavam-se mais à viabilização de uma carreira literária em quaisquer das tendências de atuação, definição de interesses de classe e promoção do ideário provinciano que se reconhecia enquanto ocupante de um lugar à margem no sistema literário nacional.

3 O grupo Clã, a edição e o congresso de escritores

No início da década de 1940, as movimentações intelectuais convergiram para a formalização de eventos e agremiações destinadas a reunir produtores da cultura com diversas formações e áreas de atuação, sobretudo interessados nos debates que os atualizassem com o que se passava no Brasil e no mundo, além da publicação e circulação de suas obras. A fundação do coletivo de escritores que ficou conhecido por grupo Clã deu-se, desde seu estágio embrionário, de forma bastante articulada aos principais movimentos artísticos notabilizados no período. Ao examinar-se o que dá conta a historiografia literária cearense, fica evidente a profícua relação mantida entre as gerações anteriores — notadamente a primeira geração modernista de 1928 — e aquela entusiasmada pelos que se estabeleceriam a partir dali no cenário cultural.

Se, de início, a primeira geração modernista cearense, ainda nos anos 1920, enfrentou grande resistência — como demonstramos anteriormente — sobretudo através da figura de Antônio Sales, o percurso dos animadores do Clã foi diferente:

A geração cearense reunida em torno do Grupo Clã surgiu quando o modernismo consolidava as suas diretrizes, através da atuação da geração de 1945. Sua função não foi tanto de renovação quanto de afirmação de valores já vigentes em seu tempo. Sem preocupação de renovação estética ou manifestação de protesto à geração anterior, o Grupo Clã procurou enfatizar a integração arte-vida em sua obra literária, ratificando definitivamente a implantação do modernismo no Ceará (Moraes, 2004, p. 51).

Entretanto, o percurso de aglutinação dos escritores em grupos não escapou a polêmicas intelectuais. Em 1941, Antônio Girão Barroso, Otacílio Colares e Aluísio Medeiros enviaram o livro *Triângulo de Poesia*, de autoria dos três, para o Congresso de Poesia realizado na cidade do Recife. Essa experiência impulsionou a concretização no ano seguinte, 1942, em Fortaleza, do 1º Congresso de Poesia do Ceará. O evento, sediado no Teatro José de Alencar, aglutinou novos escritores, como Eduardo Campos e Artur Eduardo Benevides, bem como intelectuais pertencentes a gerações anteriores das letras cearenses, caso de Filgueiras Lima e Joaquim Alves (Azevedo, 1976; Aderaldo, 1981).

O tema da guerra mundial em andamento no início dos anos 1940 — com o crescente envolvimento do Brasil no conflito ao lado dos Aliados a partir dos ataques sofridos por

embarcações nacionais pelos nazistas no ano de 1942 — é flagrante no manifesto que deu o pontapé inicial às atividades do congresso e foi representativo das discussões travadas alguns meses antes, durante as reuniões preparativas, inclusive (Linhares, 2018):

Asseguramos que a Arte é universal e eterna. Mas afirmamos também a sua feição heterogênea e particular, as suas imperiosidades regionais, os caracteres específicos da sua origem. [...] Prescrevemos um sentido nacional, sem prejuízo das interdependências universais, para todas as realizações da cultura e da inteligência brasileiras; proscrevemos as fórmulas antiquadas, a mentira histórica, a aceitação servil de modelos estranhos às emoções da alma nacional — todo os elementos defeituantes e desagregadores da obra de arte no Brasil (Revista *Valor*, nº 23, 1942, p. 211).

Ao passo que esse era organizado na capital, na cidade do Crato, região do Cariri cearense, surgiu, em contraponto, o Congresso Sem Poesia, liderado por Quixadá Felício, José Stênio Lopes — que posteriormente integrou o grupo CLÃ — e Leopoldo Fernandes, exatamente questionando a celebração da poesia em meio à conturbação típica vivida em termos mundiais na época, segundo argumentam Azevedo (1976) e Aderaldo (1981).

O debate fez-se por meio de jornais cearenses, conforme demonstrado por Nobre (2013), antes mesmo da realização do evento na capital, quando circulavam apenas notícias das reuniões preparativas e publicamente divulgava-se a futura realização do congresso. Ocorria, nesse sentido, um ambiente de disputa intelectual, cuja polêmica assentava nas razões éticas e estéticas envolvidas na celebração artística naquele contexto configurado a nível internacional via conflito geopolítico e a nível local por meio das típicas contingências naturais da seca e estruturais problemas energéticos enfrentados pela província. O embate com os críticos do congresso ficara evidente:

Até entre homens que se dizem de letras não faltou quem viesse negá-la e combatê-la. As corujas, nem por terem olhos grandes, enxergam bem as coisas, a plena luz. As suas pupilas habituaram-se á treva. A literatura também tem as suas corujas, aves noturnas ou de mau [sic] agouro, que tentam rasgar a mortalha da Poesia... [...] A lógica daqueles que pensam que, nesta época dramática de guerra e seca [sic], somente deveríamos chorar, como Jeremias, no muro das lamentações, compara-se á do fanático japonês que rasga o ventre em sinal de protesto [...] É a lógica suicida dos inconscientes e dos covardes (Revista *Valor*, nº 23, 1942, p. 213).

Junto à exposição de querelas intelectuais que demarcavam aquela geração por meio de suas primeiras afirmações de lógicas distintivas, como que fornecendo legitimidade à mobilização dos jovens escritores de então, Filgueiras Lima defende:

Mas, em verdade, este congresso não é senão uma expressão de vitalidade das novas gerações cearenses. Mais do que isso: é uma afirmação de força de coragem, de idealismo que fala bem alto da tempera moral dos nordestinos, de todos os heroicos descendentes de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e José de Alencar (Revista *Valor*, nº 23, 1942, p. 213).

Conforme acontecia recorrentemente, seja por meio da linguagem de reverência ou pela aproximação física, *os novos*, ao mobilizarem-se, buscavam pela consagração de nomes locais para a conferição de legitimidade a seus atos. Linhares (2018) argumenta que essa estratégia se estendia às instituições tracionais legisladoras em termos de cultura:

[...] para esse grupo, considerava-se que seria necessário ter a participação de escritores já conhecidos, tais como Jäder de Carvalho, Mário Sobreira de Andrade e Filgueiras Lima, além do apoio de instituições como o Instituto do Ceará, a Academia Cearense de Letras, a Associação Cearense de Imprensa e a Academia de Letras do Ceará. O grupo acreditava que assim conseguiriam a devida credibilidade entre vários intelectuais cearenses e na imprensa (Linhares, 2018, p. 46).

Moraes e Marques (2022) exploram a contenda entre os grupos cearenses de Fortaleza e do Crato a partir da disputa pela benção de Mário de Andrade a seus movimentos. Examinando trocas de correspondência, os autores atestam os primeiros contatos a partir de fins dos anos 1930. Antonio Girão Barroso foi o jovem poeta da geração a inaugurar essa relação, seguido por outros colegas. Acontece que a partir do Crato também se desenrolava uma conversa. O apoio público de Mário de Andrade foi conquista pelo Congresso Sem Poesia, entretanto os autores chamam atenção ao modo pelo qual a disputa foi encarada pelo modernista inspirador, como uma positiva demonstração de inconformismo intelectual que se colocava ao mundo a partir de entusiasmadadas coletividades.

Derivado do I Congresso de Poesia do Ceará, ocorreu no mesmo ano uma reunião local que resultou no lançamento do livro “*Três Discursos*” (1943). Esse livro-manifesto transcrevia as falas de Eduardo Campos, Mário Sobreira de Andrade e Antônio Girão Barroso, proferidas no encontro, e ganhara em sua edição ilustrações do artista plástico Antônio Bandeira. De acordo com Aderaldo (1981), *Três Discursos*, obra inaugural das Edições Clã⁶, foi também a primeira iniciativa da Associação Brasileira de Escritores/ABDE/Seção Ceará, então presidida por Fran Martins. A empreitada demarcou o início formal do grupo Clã, descrito por Sânzio de Azevedo (1976) como principal representante da segunda fase do modernismo no Ceará. Os escritores do grupo, ainda segundo o historiador da literatura cearense, foram os responsáveis pela consolidação do movimento artístico oriundo de São Paulo na produção literária local. O grupo Clã aglutinou intelectuais com ampla atuação, editando seus manuscritos em livros ou publicando-os na revista *Clã*, que circulou por quarenta anos (1946-1988).

Conforme já mencionado, 1946 foi o ano da realização do I Congresso Cearense de Escritores. Diante do exame das discussões coligidas através das falas e textos publicados posteriormente, ficam evidentes os esforços dos intelectuais cearenses em nacionalizar sua experiência:

[...] o que possibilitaria a realização desse congresso no ano de 1946, seria a vinculação desses novos intelectuais à Associação Brasileira de Escritores (ABDE), surgida em 1942, na Capital Federal, como uma instituição que servisse como defensora dos direitos dos escritores e de suas publicações, além de promover uma missão democrática destes em oposição ao Estado Novo vigente (Linhares, 2018, p. 58).

Em uma das teses apresentadas no encontro, Braga Montenegro, no texto intitulado *A divulgação literária do escritor da província*, cobrou algumas medidas em favor do melhor exercício profissional do escritor, a exemplo de uma editora subvencionada pelo Estado, agências de divulgação da produção cearense em sedes estaduais pelo país e a criação de uma revista dedicada à diversidade de produção literária e científica local. Preocupado em

⁶ Foram publicados, em 1943, além do *Três Discursos*, os livros *Águas Mortas*, de Eduardo Campos e *Escola Rural*, de Mário Sobreira de Andrade. Já em 1946, foram lançados *Noite Feliz*, de Fran Martins; *Face Iluminada* de Eduardo Campos; *Roteiro de Eça de Queirós*, de José Stênio Lopes; e *Os Hóspedes*, de Aluizio Medeiros, Antônio Girão Barroso, Artur Eduardo Benevides e Otacílio Colares.

caracterizar a natureza da província em meio ao contexto nacional e, por aí, descrever os desafios a serem enfrentados naquele momento, o escritor expõe:

O nosso fito imediato é o desdobramento das nossas atividades para além das fronteiras da Província, mas permanecendo nós sempre fiéis a nossa origem, a nossa natureza provinciana. Ampliar sempre as nossas atividades e divulgá-las para além das fronteiras, por todo o país e, depois, então, vencendo as cadeias da língua, ajudados pela unificação de todos os esforços das diferentes províncias brasileiras, nos projetarmos, na medida da nossa capacidade, por todo o mundo, como parte de uma literatura original e digna de respeito e admiração: eis o nosso remoto objetivo (Associação Brasileira de Escritores - Secção do Ceará, 1947, p. 145).

Em seguida, Braga Montenegro compara as possibilidades de atuação do escritor típico de província em relação aos intelectuais metropolitanos: “Sabemos o que comanda, muita vez, o êxito do escritor do centro, que é o brilho das posições sociais, os altos cargos públicos, mas não ignoramos também que o valor de cada um é a principal condição para o êxito” (Associação Brasileira de Escritores - Secção do Ceará, 1947, p. 146). Fica clara a identificação de uma hierarquia a regular as posições provincianas e metropolitanas no sistema literário nacional, recorrendo Braga Montenegro, inclusive, ao reconhecimento da importância da vinculação aos quadros estatais para a consagração em termos intelectuais.

A superação dessa lógica de classificação que relega ao escritor provinciano uma posição subalterna, passa, segundo defende, por maiores possibilidades de divulgação de suas obras, coisa que dependeria substancialmente da iniciativa governamental, já que, avalia, são ainda pequenas as possibilidades de lucro de uma empresa privada de volume a lidar com editoração de autores de províncias desprovidas de boas condições socioeconômicas, como a cearense. Nesse sentido, cita o exemplo de sucesso da Editora Globo no Rio Grande do Sul, apontada como iniciativa evidentemente privada a bem administrar revistas, edições livrescas e redes de distribuição a partir de um estado privilegiado economicamente.

A distribuição necessária ao espraio da produção literária que seria dada conta pela editora de amparo estatal deveria ficar a cargo da ABDE, já que dentre suas incumbências Braga Montenegro identificava o cuidado aos interesses de todos os escritores do território nacional. Por fim, a publicação de uma revista de ampla circulação e cuidadosa curadoria teria

por desígnio projetar os escritos da província por todo o país, numa iniciativa similar à já observada dentre grupos de outros estados, caso do próprio Rio Grande do Sul, novamente mencionado. O escritor conclui afirmando sua proposta de sistemático apoio à edição, divulgação e distribuição, juntamente à circulação de periódico coligindo autores regionais, como iniciativas que deveriam ser amplamente amparadas pela atuação do Estado.

Outra tese apresentada, sob o título *A divulgação literária do escritor da província*, foi a de Fran Martins. Avaliando a problemática da distribuição dos textos de autores regionais como a principal questão a ser enfrentada para o desenvolvimento da literatura das províncias, o autor apela à necessidade de criação de um órgão divulgador centralizado na Capital da República — na época, o Rio de Janeiro —, mas com sedes distribuídas por todos os estados. Fran Martins faz, então, a diferença entre uma minoria dos intelectuais do Ceará, que se nacionaliza escrevendo sobre sua terra a partir do deslocamento para um dos três ou quatro centros que ofereciam boas condições para publicação, e aquele que não consegue adquirir consagração nenhuma diante da crítica mais estabelecida fora de sua origem periférica, jamais saindo do conhecimento restrito de seu estado de origem. Na ordem da classificação de Fran Martins, que estabelece tipos de intelectuais nacionais e regionais, o segundo grupo é a grande maioria, confirmada enquanto regra. Nas palavras do escritor:

Em primeiro lugar [*sic*], se o escritor tem alguns recursos, se não está preso por encargos que o obriguem a permanecer na província, emigra para o sul. Lá acontece sempre a mesma cousa: decepçiona-se com as cartas de apresentação que leva para pessoas influentes, revolta-se contra o indiferentismo com que é tratado, sofre um bocado, às vezes não tem onde dormir e passa fome. Depois arranja um pequeno emprego, começa a escrever algumas reportagens para jornais ou revistas ilustradas. Só passados alguns anos consegue firmar-se, escrevendo regularmente na imprensa, publicando um livro em alguma grande editora, fazendo, enfim, ouvir sua voz (Associação Brasileira de Escritores - Secção do Ceará, 1947, p. 68).

Já Raimundo Girão congregou em sua tese a mais incisiva proposta de intervenção estatal junto ao campo artístico: a criação de uma secretaria de cultura. Em seu *A necessidade de uma secretaria de cultura*, o autor defendia que a província cearense vivia, pelo menos, desde os primeiros movimentos da Academia Francesa dos anos 1870, o mais alto acúmulo de produção

científica e literária, cabendo, no entanto, melhores condições estruturais para a *colheita* dos bons frutos. Nesse sentido, reflete:

E a verdade é que não possuímos bibliotecas senão as particulares, não possuímos arquivos documentários senão os particulares, não possuímos museus e coleções senão particulares. Vibração dos homens de pensamento, todos querendo fazer; inércia do governo, nada querendo fazer. Mas a inércia é muita vez energia em potencial transformável em movimento. E podemos fazer o governo mover-se. Diremos em termos mais claros: as atividades culturais do Ceará gritam por uma sistematização, por um carreamento lógico. A dispersão há de ser metodização (Associação Brasileira de Escritores - Secção do Ceará, 1947, p. 157).

Defendendo a necessidade de equipamentos públicos a manterem e difundirem os bens simbólicos, o historiador, que àquela altura já havia percorrido longo caminho na administração pública, apelava ao apoio oficial no sentido da gerência sobre a *cultura dispersa*, como identificava. Nota-se que, desde esse momento embrionário, a ideia de uma secretaria de cultura que abarcasse o cuidado com os órgãos culturais diversos e estimulasse a produção artística cearense é tomada pela função de organizadora do simbólico, enquanto departamento imbuído de legitimidade para pautar os caminhos pelos quais mover-se-iam as *coisas do espírito* produzidas na província.

É notável a indissociação da compreensão de pretensa autonomia para o exercício da função intelectual ou artística da busca por amparo estatal para sua viabilização. As condições de possibilidade do caso cearense como um espaço em vias de autonomização apontam para correspondências típicas de campos periféricos. Bem como amplamente abordado por Miceli (2001), as profundas relações sociais da fração de elite — aquela a ocupar-se dos produtos eminentemente simbólicos — com o campo do poder esclarece a assimilação de intelectuais através de cargos e os usos da estrutura estatal para espraiamento de seus projetos. São traços comuns a diversas trajetórias dentre os personagens objeto dessa pesquisa.

Fato é que, arregimentados pela interpretação corrente durante o encontro de que um dos principais desafios do escritor de província era fazer-se mais lido, e assim mais influente em todo o país, dotavam-se aqueles agentes de um espírito missionário pelo qual portavam uma série de compromissos públicos para além daquilo propriamente artístico apenas. Como

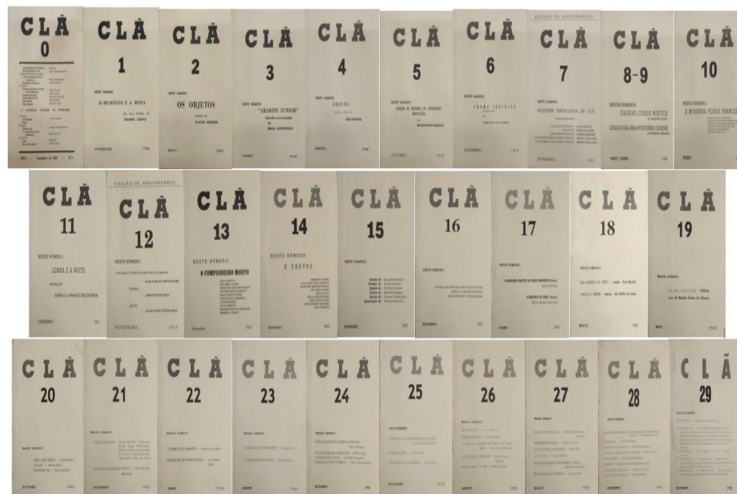
defensores dos interesses intelectuais e responsáveis pelo *esclarecimento do povo*, como diziam em seus princípios publicados ao final das conclusões do congresso, seus signatários declaravam certas obrigações: participar ativamente da vida política, defender as liberdades de autoria, cobrar dos poderes públicos sua parte no incentivo ao desenvolvimento intelectual e a defesa da integração harmoniosa entre escritores de todos os níveis sociais e geográficos do país:

É indispensável um maior entendimento entre o escritor da capital e do interior, entre o escritor da metrópole e o escritor da província. O trabalho intelectual é nobilitante e todos o que o exercem devem ser considerados no mesmo nível. É necessário que sejam destruídas as barreiras que limitam a ação do escritor, visto como todos têm iguais obrigações e devem gozar dos mesmos direitos. Não deve preponderar, em associações de escritores, o espírito de grupo, em prejuízo da classe. Também não se concebe a preponderância de um gênero literário sobre outro. Num clima democrático, usando de processos honestos e francos, deve o escritor do Ceará tomar a iniciativa de um sadio movimento de maior compreensão entre todos os homens de letras do Brasil (Associação Brasileira de Escritores - Secção do Ceará, 1947, p. 317).

Representativas das demais teses publicadas ao final do encontro, as preocupações correntes àqueles literatos concentravam-se nas condições de possibilidade de carreiras literárias e intelectuais. A exigência de amparo estatal, o reconhecimento perante os pares do centro, a importância da circulação da produção intelectual da província, todos esses temas coadunaram na iniciativa de Clã, propondo um veículo periódico a disseminar escritos dos *novos do Ceará*.

A composição física da revista manteve-se por todos os números: um livreto com 23cm de altura e 16cm de largura, estampando na parte superior da capa seu título *CLÃ* e o número correspondente à edição logo abaixo. Especialmente no nº 0 (dez/1948), o sumário de conteúdo veio impresso na capa — sendo que a partir do nº 1 (fev/1948) este passou a ser localizado na contracapa. O fascículo experimental trouxe as seções *Literatura Estrangeira*, *Poemas*, *Livros*, *Cinema* e *Política*, exprimindo desde o início a característica poligráfica — algo já presente na revista *Valor* — assumida por sua linha editorial, coisa que se manteve ao longo da existência do periódico, abordando variados temas concernentes às artes e intelectualidade em geral ainda que se alterando a estrutura de seções.

Figura 3 – Composição com todas as capas de Clã



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização e edição pelos autores (2019).

A direção do periódico, no primeiro momento, nº 0 (dez./1946), foi de Antônio Girão Barroso, Aluísio Medeiros e João Clímaco Bezerra. Dos nº 1 (fev./1948) ao 29 (dez./1988) Fran Martins assumiu a direção, sendo secretariado por Aluísio Medeiros entre os nº 1 e 14 (dez./1953) e por Artur Eduardo Benevides entre os nº 15 (dez./1957) e 29. O trecho da *Explicação deste número*, assinado pelos diretores do fascículo e contido na edição de nº 0 (dez./1946) da revista é um emblema de autopromoção das representações simbólicas promovidas pelo grupo Clã:

CLÃ não é, apenas, uma revista de literatura. É, antes, uma revista de todo o Ceará mental. Aqui, na medida do possível, recolheremos o trabalho dos nossos homens de letras e de pensamento, pois a pretensão que nos anima é sermos porta de saída da melhor produção intelectual da gente cearense, de tal modo que ela possa aparecer lá fora, nítida na sua pureza, numa demonstração convincente de que a gloriosa Província de Alencar continua a viver, a se agitar, na procura sempre insatisfeita de rumos novos para a cultura brasileira. (Revista *Clã*, nº 0, 1946, p. 1-2).

É possível observar algumas das representações dos editores a partir dos elementos dessa apresentação do periódico: fazer circular a *melhor produção intelectual da gente cearense*, orientada, assim como a *Valor*, à apreciação em nível nacional, destacando a *procura sempre insatisfeita de novos rumos para a cultura brasileira*, por onde posicionava-se enquanto publicação interessada na participação como protagonista no debate nacional da cultura, não

restrita às temáticas provincianas. O anseio em articular a produção intelectual cearense por meio das páginas da revista *Clã* era reiterado constantemente. Em uníssono aos já comentados resultados do I Congresso de Escritores do Ceará, intentava-se integrar ao restante do país em forma e conteúdo, esboçando o ponto de vista da província não só sobre problemas típicos da região Nordeste, mas sobretudo procurando participar das ditas *questões nacionais*.

As experiências de renovação estética e política eram subsidiadas pela impressão de novos significados à categorização de regionalistas, que ganhara corpo a partir dos anos 1930, classificando principalmente obras que tratavam das secas, flagelos e traços sociais arcaicos identificados ao nordeste brasileiro. Havia, entretanto, uma pretensão pela defesa do ponto de vista regional como componente valioso para um todo nacional, de onde se poderia e deveria explorar facetas humanas mais generalizáveis do que apenas aquelas identificadas como a caricatura de uma parte.

Tomando para si a responsabilidade de orientar esse movimento de renovação que entendiam estabelecer, procuravam assumir também o protagonismo enquanto divulgadores dos novos que cresciam em importância naquele momento: os que quisessem fazer parte da renovação deviam escrever em *Clã*. Assim imputava-se à revista ser o veículo por excelência da geração que, ao promover novas obras e nomes, assumia a dianteira da elite intelectual cearense.

Tal qual a revista *Valor*, *Clã* demonstrou força nos números iniciais, expondo as condições favoráveis que o campo apresentava em momento de agitação ímpar. Porém, menos de dois anos depois enfrentava recorrentes problemas de sustentabilidade financeira e tornava-se um empreendimento irregular em termos periodicidade, como era comum nas revistas de grupos intelectuais não só no Ceará, mas também noutros centros urbanos brasileiros. Entre hiatos e ressurgimentos, até o ano de 1988 publicou-se a revista de *Clã*.

Considerações Finais

A experiência de editoração iniciada com *Valor* e continuada com a revista *Clã* enuncia tanto um conjunto de práticas intelectuais alicerçadas na publicação literária — conferidoras de posições de prestígio e promotoras trocas simbólicas importantes para o estabelecimento desses agentes num campo de produção da cultura — quanto uma representação partilhada de valores

sobre o lugar da intelectualidade cearense no meio cultural nacional. A história local é, desse modo, consagrada pelo remonte à tradição de agremiações intelectuais, um marco da formação social cearense e alvo de recurso por essa geração. Empenhados no traçar de interpretações sobre o caráter cearense em sua perspectiva identitária, esses agentes atuantes em meados do século XX seguiam uma linhagem intelectual conformada em quadros nacionais e latino-americanos em cuja “obsessão pelo nacional” (Ortiz, 2013, p. 609) se apresentava recorrentemente e pela qual buscavam contribuir interpretativamente.

Enquanto suporte para a publicação de obras artísticas e posicionamentos no espaço social, os empreendimentos consecutivos das revistas *Valor* e *Clã* serviram tanto como elementos difusores das ideias e mediadores do relacionamento dos intelectuais cearenses com os principais centros de produção cultural do país, quanto como espaço de registro das sociabilidades intensamente vividas no âmbito da circulação de agentes e obras.

Nos anos 1950, foi criada a Universidade do Ceará, congregando vários dos agentes envolvidos na euforia intelectual da época em seu quadro de professores. A Universidade tornou-se uma decisiva mediadora cultural, contribuindo com as condições para que, na década de 1960, fosse fundada a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Essa conquista simbólica foi momento de culminância das pautas defendidas desde os anos 1940, sendo então o primeiro órgão estadual desta natureza no país. A publicação do livro *O Ceará*, de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, foi igualmente marco de fundação de um espaço das artes, balizando a agitação cultural que conformaria a geração dos anos 1940. Neste livro, os autores propunham outro olhar sobre a história local, tecendo perfis originais dos municípios cearenses, afastando-os da clássica abordagem sobre mazelas naturais e sociais, buscando construir uma moderna identidade cearense. A passagem a seguir, do editorial *A crônica de Valor*, de 1939, seção da revista homônima, dá o tom da problemática:

O plano do livro teve como inspiração divulgar o homem, a terra, as coisas e os fatos cearenses, sem repetir a sedição [sic] e por demais explorada literatura das secas, assunto já de si passadista e que não pode mais ser levado a sério como essencial característico de nosso Estado e do Nordeste, nem mesmo para servir de porta falsa ao êxito literário de plumitivos das nossas letras (Revista *Valor*, 1939, p. 512).

A institucionalização abrangeu fortemente o desenvolvimento das atuações do grupo Clã. Ao mesmo tempo em que faziam os experimentos do repertório editorial, seus integrantes mobilizavam-se estrategicamente para dar seguimento ao projeto de organização do campo da cultura. A instalação da universidade, reunindo cursos superiores disponíveis em Fortaleza que eram prestados isoladamente pelas Faculdades de Direito, Odontologia e Agronomia foi fundamental nesse processo. A constituição de um espaço acadêmico de tal magnitude, especialmente tributada a Antônio Martins Filho, possibilitou a legitimação das atividades de um grupo de intelectuais na medida em que lhes conferiu uma via de manutenção econômica, reconhecimento oficial e diversas insígnias de consagração dentro do meio cultural e educacional. A experiência do modernismo cearense relava usos específicos da instituição universitária.

A construção de uma universidade impulsionou importantes empreendimentos, como a coligação das Faculdades tradicionais locais, adensando os processos de formação superior e condução institucional de projetos culturais, bem como a formalização de um espaço de atuação profissional eminentemente intelectual e os subsídios para a editoração de coleções de impressos.

Se os anos 1950 foram marcados pela efervescência cultural capitaneada pelo surgimento da Universidade do Ceará e a atuação de grupos como SCAP e Clã, Alexandre Barbalho (1998) chama atenção para a década seguinte. Iniciando-se sob certa morosidade dentre os acontecimentos culturais, registra, entretanto, a crescente atuação do Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e passagens de caravanas artísticas fortemente relacionadas às pautas de esquerda, as quais intentavam articular estética teatral e musical pretensamente popular a determinadas demandas sociais.

O Conselho Estadual de Cultura (1965) remonta a esse período e veio para fortalecer o papel do Estado como promotor de ações na esfera cultural. Sua primeira formação era composta por intelectuais ligados às tradicionais instituições culturais cearenses e ocupantes de secretarias e departamentos do governo do estado. Uma fração intelectual, aponta Barbalho (1998), pautava junto à instância estatal um órgão oficial para assuntos culturais, manipulando capitais simbólicos necessários à legitimação de suas pretensões dentro do campo. O que, de

fato, ocorreu com a criação da Secretaria de Cultura em 1966, importante marco da institucionalização intentada pelo grupo de intelectuais exitosamente atuantes no período, cuja instalação, em 1967, alçou à função de secretário seu maior animador, o historiador e político Raimundo Girão.

O exame das atividades do grupo de escritores ligados ao Clã evidencia o protagonismo de cada um deles na cartografia da expansão do campo intelectual cearense, entre as décadas de 1940 e 1950. Adotando tal perspectiva, os desdobramentos das práticas culturais ao longo dos anos podem ser compreendidos pelo fundo de conhecimentos acumulados por essa geração.

Referências

ADERALDO, Mozart Soriano. Grupo CLÃ–40 anos. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, ano 86, n. 42, p. 7-11, 1981.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Escritores - Secção do Ceará. *Afirmção*: anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições Clã, 1947. 323 p.

AZEVEDO, Sânzio de. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Publicação Academia Cearense de Letras, 1976.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e Cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, v. XIV, II série, 2002, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), p. 57-83.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura de ferro no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 209-255.

FUNDAÇÃO Demócrito Rocha. *Memória histórica*: Antônio Martins Filho, personalidade do povo. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

LEÃO, Andréa Borges. A Revista VALOR e a Editora Fortaleza - o percurso editorial de Antônio Martins Filho. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; BEZERRA, José Arimatea Barros; ARAÚJO, José Edvar Costa; OLIVEIRA, Joan Édessom. (Orgs.). *História da Educação*: instituições, protagonistas e práticas. Fortaleza: LCR, 2005, p. 246-259.

LINHARES, Francisco D. B. *Escritores, congressos e meio intelectual em Fortaleza (1942-1946)*. 2018. 101f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MARQUES, Rodrigo de Albuquerque. *A nação vai à província: do romantismo ao modernismo no Ceará*. 2016. 173f. –Tese (Doutorado em Literatura Comparada) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MARQUES, Rodrigo de Albuquerque. *Literatura Cearense: outra história*. Fortaleza: Editora Dummar, 2018.

MARTINS FILHO, Antônio. *Memórias: maioridade*. Tomo I. Fortaleza: Imprensa Universitária –UFC, 1993.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Marcos Antônio de; MARQUES, Rodrigo de Albuquerque. Mário de Andrade: diálogos epistolares com paranaenses e cearenses. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 91-110, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36104.006>. Acesso em: 30 out. 2025.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. *Artur Eduardo Benevides*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. *CLÁ: trajetórias do modernismo em revista*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

NOBRE, Thiago S. *"Geração Moça Desta Gleba": Movimento intelectual de Clã e a consolidação do Campo Literário de Fortaleza na década de 40*. 2013. 88f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Em busca do Ceará: a conveniência da cultura popular na figuração da cultura cearense (1948-1983)*. 2015. 297f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2015.

OLIVEIRA, Erich Soares de. *Os intelectuais e a cultura: o itinerário editorial de afirmação da geração cearense de 1940 (1938-1953)*. Orientação: Andréa Borges Leão. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. *Sociedade e Estado*, v.28, n.3, p.609-633, 2013.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RODRIGUES, Kadma Marques. *As cores do silêncio: habitus silencioso e apropriação de pintura em Fortaleza (1924-1958)*. 2006. 230f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2006.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. *Revista Pós Ciências Sociais*, UFMA, v. 9, n. 17, p. 19-50, 2012.

SILVA, Anderson de Sousa. *O Salão de Abril em dois momentos: Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP) e Prefeitura Municipal de Fortaleza (1944-1970)*. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUSA, Maria da Conceição. “VALOR” (Estudo Histórico-bibliográfico). *Aspectos*, Secretaria de Cultura do Ceará, n. 2, ano II, p. 181-237, jan.-jun. 1968.

Andréa Borges Leão - Universidade Federal do Ceará – UFC

Socióloga, pesquisadora do CNPq, professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Líder do grupo de pesquisa Grupo de Estudos em Cultura Comunicação e Arte (GECCA/NE). Atua nos seguintes grupos de pesquisa: 1. Cultura Memória e Desenvolvimento (CMD)/UnB; 2. Projeto MinasMundo: <https://projetominasmundo.com.br/pessoas/>; 3. A Sociologia Figuracional de Norbert Elias/UNIFESP; e 4. Projeto de colaboração internacional CPES/COFECUB Sociologia franco-brasileira dos intelectuais e da cultura.

E-mail: aborgesleao@gmail.com

Erich Soares de Oliveira - Universidade Federal do Ceará – UFC

Bacharel em Ciências Sociais, mestre em sociologia e doutorando em sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. É membro do Grupo de Estudos em Cultura Comunicação e Arte (GECCA/NE), onde desenvolve pesquisas em sociologia da cultura, equipamentos culturais e circulação intelectual.

E-mail: erichsoliv@gmail.com